



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMPISP

Pauta 1: Eleições COMPISP.

Pauta 2: Pagamento (Agosto Indígena 2025)

Conselheirxs de Governo: Josiane de Paula (Conselheira suplente representante de SMDHC)) Fernanda Mota (Conselheira titular, representante da SMDET).

Conselheirxs de Sociedade Civil: Avani Florentino (presidente do Conselho e representante da etnia Fulni-ô), Irádzu - Gilson de Souza (Conselheiro titular da etnia Kariri-Xocó), Renato Pankararé (Conselheiro titular da etnia Pankararé), e Ivone da Conceição (Conselheira suplente da etnia Pankararu) Maria Arapoty (Conselheira titular da etnia guarani).

Participantes de Governo: Regina Santana (Secretária da SMDHC) Maria Joseane Coordenadora da COPIND), Dr. Steven Zwicker (Procurador do Ministério Público), Silvia Aragão (Diretora de DPS), Elisa (Coordenadora de DPS) Marcos (Estagiário do DPS) Ana Beatriz (Estagiária do DPS), Hugo (Programa Aldeias) Ligia Salomão (Assessora da CPDDH). Simone Souza (Assessora COPIND).

Participantes Organizações Social/ouvintes: Kilvane Pankararu, Akayse Fulni-ô, Joel Kariu Kariri, Denilza Kaimbé, Roseli Coa Pataxó ha ha , Juan Cusicanki Aymara, Alex Kaimbé.

Às 13h45 min do dia 01 do mês de dezembro do ano de 2025, presencial no endereço Rua Líbero Badaró nº119 - Sé e online no seguinte link: <https://meet.google.com/vfi-ydym-vay>
quórum mínimo de 7 pessoas estabelecidas em regimento interno. Reuniram-se os



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

conselheiros (as) a fim de discutirem as pautas do dia. A Avani Fulni-ô presidiu a reunião com o apoio de Maria Joseane, Coordenadora na Coordenação dos Povos Indígenas do Município de São Paulo, trazendo algumas informações aos membros descritos no preâmbulo desta ata participaram da 11ª reunião ordinária. A presidente do conselho deu as boas-vindas aos convidados presentes na reunião e agradeceu a presença da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

Informes:

Foi informado que a próxima reunião ordinária do COMPISP, seguirá no dia 16 de dezembro no formato híbrido.

Akayse informou que participou, como indígena, de um protocolo voltado para a prevenção e o enfrentamento da xenofobia e do racismo. Destacou que a proposta consiste, entre outras ações, em colocar cartazes informativos nas escolas, orientando sobre termos que não devem mais ser utilizados. Akayse destacou as ações que fazem parte dessa proposta, com ênfase na criação de materiais educativos, como cartazes informativos, a serem colocados nas escolas. O objetivo dos cartazes é orientar alunos e profissionais da educação sobre termos que, historicamente, têm sido utilizados de forma discriminatória, e que, a partir de agora, devem ser evitados no ambiente escolar.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

Pautas 1: A presidente do conselho, Avani Fulni-ô, fez a abertura da reunião, em seguida informou que chamou o Doutor Steven, procurador da república, para participar da reunião e fazer uma fala referente ao processo de indicação de indígenas para compor o Conselho Municipal dos Povos Indígenas do Município de São Paulo (COMPISP). Steven se apresentou e explicou que vem acompanhando as atividades do conselho. Ressaltou que o Ministério Público tem a atribuição de zelar pelos direitos coletivos das comunidades indígenas e destacou que, no estado de São Paulo, o Ministério Público está organizado em diversas regiões. Informou ainda que a região da qual faz parte abrange o Vale do Ribeira, Osasco, a capital paulista e o ABC Paulista. Destacou que vem acompanhando as ações do conselho indígena e que uma das questões surgidas diz respeito ao processo de indicação dos conselheiros. Informou que as indicações ao conselho não têm sido realizadas por meio de eleição, mas sim por indicação do próprio povo. Explicou que, conforme prevê o decreto, o conselho possui cadeiras destinadas a diferentes povos, e a representação se dá por etnia com assento no conselho. Assim, cada povo realiza sua indicação conforme seu modo tradicional de tomada de decisão, o qual ocorre por meio de assembleia, e não por sistema de votação eleitoral. Ressaltou que a forma de organização dos povos indígenas deve ser reconhecida pelo poder público, em razão da força do artigo 231 da Constituição Federal, que estabelece o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da organização social interna dos povos indígenas. Dessa forma, caso o povo opte por escolher seus representantes no conselho por meio de indicação e assembleia, esse formato deve ser considerado e respeitado pelos órgãos públicos. Destacou que, no ano de 2024, o processo de escolha dos novos conselheiros não avançou porque a gestão anterior insistiu em seguir o formato de votação, desconsiderando o método tradicional que os povos indígenas desejavam adotar. Na sequência, Avani



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

agradeceu as falas do procurador e convidou a atual Coordenadora da Coordenação dos Povos Indígenas para se apresentar. Maria Joseane informou que está na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania há quatro anos e que anteriormente atuava na Coordenação de Administração e Finanças (CAF). Posteriormente, passou a integrar a equipe da Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR). Ressaltou que permanecerá à frente da Coordenação de Povos Indígenas até que outra pessoa seja contratada para o cargo. Informou ainda que se inteirará das demandas, políticas e ações desenvolvidas pela Coordenação, com o compromisso de oferecer o suporte necessário. Na sequência, Avani solicitou o agendamento de uma reunião com o prefeito para tratar de assuntos de interesse dos povos indígenas. Steven colocou-se à disposição para participar da reunião, caso ela seja marcada, e confirmou sua presença na próxima reunião do conselho, prevista para ocorrer no dia dezesseis de dezembro. Em seguida, Avani destacou que o conselho apresenta diversas demandas que não têm sido atendidas, ressaltando que os povos indígenas precisam ser ouvidos. Reafirmou que o processo de escolha dos novos conselheiros será realizado por meio de indicação. Na sequência, convidou Maria Arapoty, conselheira suplente, para fazer uso da palavra. Maria ressaltou que não existe processo de votação para a escolha dos conselheiros, e sim indicação e assembleia. Destacou que, na reunião destinada à indicação dos representantes no conselho, todas as lideranças do território precisam estar presentes. Informou que foi elaborado um protocolo dentro da comunidade, o qual estabelece que existem sete lideranças no território e que, para tratar de assuntos de interesse do povo indígena, é necessária a presença das sete lideranças. Ressaltou que o informe sobre a reunião deve ser enviado no grupo do conselho, para que todas as lideranças do Jaraguá estejam presentes no momento da indicação de um titular e um suplente da etnia Guarani. Secretaria Regina



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO

COMPISP

explicou que o Conselho dos Povos Indígenas é uma instância e a Coordenação dos Povos Indígenas é outra, esclarecendo que a Coordenação não possui autoridade sobre o conselho, assim como o conselho não possui autoridade sobre a Coordenação. Destacou que o conselho é participativo e de extrema importância para a participação social. Ressaltou ainda que a Coordenação, o Departamento de Participação Social e demais secretarias, independentemente do conselho, podem realizar visitas aos territórios e comunidades indígenas. Informou que Iva Batista não faz mais parte da Coordenação dos Povos Indígenas e que sua exoneração já foi publicada no Diário Oficial. Explicou que, inicialmente, Ivan assumiria a Coordenação, porém, como foi convocado para ocupar um cargo decorrente de concurso público, o gabinete da Secretaria escolheu Maria Joseane para exercer a função temporariamente, até que seja selecionada uma nova pessoa para assumir o cargo. Quanto ao pedido de reunião com o prefeito, a secretaria informou que os indígenas são livres para solicitar o encontro diretamente, e esclareceu que tanto a Secretaria quanto a Coordenação estarão sempre à disposição para atender os povos indígenas. Em relação à eleição do conselho, informou-se que o Departamento de Participação Social realizou uma reunião com a Funai para que o órgão acompanhe o processo de escolha e indicação dos nomes que irão compor o conselho. Ressaltou que, enquanto Poder Executivo, a Secretaria tem livre arbítrio para visitar os territórios indígena. Sobre a reunião realizada no Jaraguá em 06 de novembro, destinada à indicação de nomes para compor o COMPISP, explicou que a própria comunidade decidiu que, devido à participação de algumas lideranças no evento da COP30, seria necessário definir uma nova data, de modo que todas as lideranças pudessem estar presentes. Reforçou que, para a escolha dos conselheiros, é imprescindível dialogar com todos os indígenas das etnias que possuem cadeira no conselho. Avani destacou a demanda



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO

COMPISP

apresentada no conselho referente ao Cinturão Verde assunto dos Guarani. Na sequência, Hugo do Programa Aldeias, explicou que desejava obter informações sobre o andamento da aprovação do Projeto de Lei que trata também do tema do Cinturão Verde. Mencionou que o PL estava circulando entre algumas secretarias e que faltava apenas o parecer do COMPISP antes de ser encaminhado à Câmara. Perguntou se havia uma data prevista para o envio à Câmara. Diante disso, a secretária Regina informou que o Projeto de Lei já passou pela Secretaria de Direitos Humanos e que ela se manifestou favoravelmente. Ressaltou que o PL ainda tramitará por diversas outras secretarias. Destacou que verificará, junto à assessoria técnica, em que estágio o PL se encontra e providenciará o retorno solicitado. Informou também que será enviado um ofício para acelerar o andamento do processo. Na sequência, Iradzu destacou que as pautas não são resolvidas porque, durante as reuniões, novos assuntos acabam sendo inseridos, o que mistura os temas e dificulta o avanço das discussões. Em seguida, perguntou à secretária qual é o papel da Coordenação e qual é o papel dos conselheiros. Regina respondeu que o conselho é um espaço de participação social que representa a sociedade civil e que também inclui representantes do governo. Explicou que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos acompanha as demandas de vários conselhos e ressaltou que a prefeitura possui diversos conselhos em funcionamento. Regina destacou que existem conselhos consultivos e conselhos deliberativos, e que o conselho não é um órgão executor; sua função é apresentar demandas para que o poder público as execute. Citou como exemplo a saúde da população indígena, cuja responsabilidade é da SESAI, enfatizando que, quando chegam demandas relativas à saúde ou educação, elas são encaminhadas aos órgãos competentes. Ressaltou que nem todas as questões serão solucionadas pela Secretaria de Direitos Humanos e que o papel da Coordenação é executar, atuar como elo e realizar os



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

encaminhamentos necessários aos órgãos responsáveis para o atendimento das demandas. Maria ressaltou que os conselheiros precisam ter autonomia, precisam ser ouvidos e devem ouvir também as comunidades indígenas dos territórios. Roseli Pataxó destacou que a então coordenadora Iva reclamava que enviava as demandas, mas a Secretaria não atendia. Apontou que Iva deveria estar presente na reunião para responder. Perguntou, ainda, por que os conselheiros não foram chamados e informados sobre a reunião que aconteceu no Jaraguá. Avani destacou que, em relação à pauta de escolha do conselho, os conselheiros querem estar a par do andamento e das datas das reuniões agendadas. Ressaltou que, independentemente de quem esteja na Coordenação, é necessário ouvir os indígenas e respeitar que eles realizam suas reuniões e indicações conforme seus próprios modos tradicionais, e não conforme a forma que a Secretaria deseja. Explicou que esteve na reunião de indicação de conselheiros realizada no Jaraguá porque foi convidada pela liderança indígena Maria Guarani, na qualidade de presidente do conselho. Elisa, Coordenadora do Departamento de Participação Social, ressaltou que a Secretaria tem visitado os territórios para garantir que todos os indígenas tenham conhecimento sobre o conselho, possibilitando sua participação e a realização de indicações. Destacou que, quanto mais pessoas estiverem informadas sobre o processo de escolha, melhor. Mencionou que estava em diálogo com a etnia Pankararu e que, devido à COP30, aguardou-se o término do evento para retomar o processo. Silvia, do Departamento de Participação Social, relatou que a Coordenação dos Povos Indígenas havia previamente agendado as datas das reuniões de indicação ao COMPISP. No dia 06 de novembro, conforme programação, foram até a Aldeia Itawera, no Jaraguá, para realizar a reunião. Ressaltou que, naquele momento, tomou conhecimento do protocolo das sete aldeias, que determina que todas as lideranças devem estar presentes para que o processo



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO

COMPISP

de indicação seja válido. Aproveitando a ocasião, realizou-se um momento de conscientização sobre o conselho e uma escuta de demandas, com o objetivo de reforçar a importância da divulgação do papel do conselho. Informou que foi constatado que a informação sobre a reunião não havia circulado internamente na comunidade. Diante disso, ficou definido que uma nova data seria marcada para a reunião de indicação. Durante o encontro, foi repassada a lista de presença para assinatura de todos os participantes. Ressaltou que, em virtude desses acontecimentos, foi realizada uma reunião com a comissão eleitoral na sexta-feira, dia 28 de novembro, para validar um novo cronograma, estabelecendo nova data para dar continuidade ao processo de indicação, que seguirá até o dia 15 de dezembro. Será feito novo contato com as lideranças, e novas datas serão agendadas com as etnias que possuem cadeira no conselho, para que as reuniões de indicação possam ocorrer adequadamente. Akayse destacou que a OAB, a Funai e outros órgãos institucionalizados podem estar presentes para acompanhar as reuniões, porém não para decidir pelos indígenas ou interferir na forma como os povos indígenas se organizam. Ressaltou que outras lideranças que não fazem parte do conselho podem participar como ouvintes. Enfatizou que o conselho é consultivo e que, por essa razão, a comissão eleitoral deve consultar o conselho e repassar todas as informações referentes ao processo de escolha dos novos conselheiros. Destacou que as lideranças que compõem o conselho devem obrigatoriamente ser consultadas. Joseane ressaltou que observou atentamente os diálogos trazidos durante a reunião e, com todo respeito ao conselho e à população presente, observou que é necessário reconhecer a importância da participação social, fundamental tanto para a população negra quanto para a população indígena. Destacou que não se pode esquecer que a participação social é essencial para evitar negativas e entraves no andamento das demandas. Afirmou que a fala de todos é importante,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

especialmente em uma reunião com a presença da secretária, que representa uma autoridade comprometida em ouvir os indígenas. Acrescentou que, apesar de ter chegado recentemente ao cargo, tudo o que estiver parado e for de sua competência deverá ser encaminhado, mas que isso depende também da participação social, pois, dentro de um conselho, todas as pessoas precisam ser atendidas e sentir-se representadas. Ressaltou que a participação social tem força dentro do conselho. Comentou que a questão do Projeto de Lei foi trazida e, em poucos minutos, houve encaminhamento, demonstrando que não se pode generalizar afirmando que nada tem sido feito. Destacou que a Coordenação e a Secretaria empenharam esforços no andamento do PL. Joseane destacou que não se deve invalidar o trabalho de quem, diariamente, coloca seus esforços no andamento das atividades. Ressaltou que o município possui diversas aldeias e comunidades indígenas e que, por isso, quando o Departamento de Participação Social visita esses territórios, isso deve ser compreendido como um processo de inclusão das pessoas nas discussões que lhes dizem respeito. Finalizando sua fala, perguntou aos conselheiros de que forma o conselho entende que será possível avançar sem invalidar o processo de participação social e como será valorizado o trabalho de quem acompanha diariamente os conselhos e as especificidades de cada um. Questionou, ainda, como as informações poderão chegar de forma alinhada àqueles que estão na ponta. Avani ressaltou que os brancos têm suas leis e seus modos de organizar processos, mas não devem querer impor esses formatos aos indígenas. Afirmou que existe um decreto e um regimento que precisam ser considerados e respeitados. Regina destacou que é necessário confirmar as datas das reuniões de indicação e, posteriormente, repassar essas datas aos conselheiros, para que todas as pessoas envolvidas no processo tenham ciência. Silvia acrescentou que serão realizadas novas visitas até o dia 15 de dezembro. Akayse



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

informou que, no final do ano de 2025, serão realizadas visitas às aldeias para a consulta do Plano Estadual de Cultura Indígena, e afirmou ser mais adequado que as reuniões de indicação ocorram no início de 2026. Regina, porém, sugeriu que o processo continue ainda este ano, considerando que já há um atraso significativo. Informou que, mesmo durante o Natal e o Ano-Novo, a Secretaria funciona em regime de escala de folgas, e ressaltou que o processo não deve ser interrompido devido aos feriados, para não prejudicar os povos indígenas. Destacou também que, no início do próximo ano, haverá o período de Carnaval, o que pode gerar novos atrasos, portanto os trabalhos devem seguir. Joseane sugeriu que a reunião fosse conduzida com foco nos encaminhamentos e perguntou aos presentes quem concordava que a comunicação referente ao processo de escolha dos novos integrantes do conselho fosse realizada pelo Departamento de Participação Social, garantindo que todas as aldeias, etnias e comunidades indígenas do município de São Paulo recebessem as informações. Iradzu, em sua manifestação, ressaltou que os conselheiros devem permitir que a Secretaria dê continuidade ao processo de escolha e indicação dos novos conselheiros. Destacou que não consegue reunir presencialmente todos os membros da etnia Kariri Xocó, mas que, em formato online, é possível garantir a participação. Enfatizou a necessidade de resolver rapidamente o processo de indicações, para que possam concentrar esforços na resolução das demandas. Ivone se apresentou, destacando que é uma das lideranças da comunidade do Real Parque, integrando o conselho COMPISP e o conselho do Museu das Culturas Indígenas. Ressaltou que, devido à frequência de troca de coordenadores na Coordenação dos Povos Indígenas, muitas demandas acabam atrasando e não são concluídas. Destacou a necessidade de ter uma pessoa na Coordenação que trabalhe de forma contínua com os indígenas e que tenha interesse em apoiá-los. Ivone informou que, em sua comunidade, as secretarias podem



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

visitar os territórios, mas que é fundamental avisar previamente, para que as lideranças estejam cientes. Mencionou que, apesar de terem feito reclamações e enviado demandas, a coordenadora anterior levava essas demandas à secretaria e ao gabinete, mas não recebia retorno. Destacou que a comunidade do Real Parque possui diversas demandas, incluindo a UBS do Real Parque, que atende tanto indígenas quanto não indígenas, mas se tornou referência no atendimento da população indígena local. Ressaltou que atualmente não há veículo da SESAI disponível para atender os indígenas e que há pessoas na comunidade sem assistência, sem acesso a benefícios e sem recursos para transporte até hospitais. Ivone mencionou ainda que estão buscando implementar um ponto de cultura na comunidade Pankararu. Destacou que indígenas de outras regiões e estados vêm a São Paulo para vender seus artesanatos e não dispõem de um espaço adequado para se hospedar durante sua permanência na cidade. Destacou que é melhor a Secretaria sugerir as datas das reuniões, para as indicações e a comunidade confirmar se a data proposta é adequada ou não. Ressaltou que não se deve postergar o processo para o próximo ano, pois muitos parentes aproveitam o final do ano e as férias das crianças para viajar para seus territórios ou aldeias de origem. Foram sugeridas as seguintes datas 08 de dezembro etnias Guarani no Jaraguá e Etnia Kariri-Xocó, dia 09 de dezembro etnia Pankararu, 13 de dezembro etnia Fulni-ô, e 15 de dezembro etnia Guarani da Terra Indígena Tenondé Porã, as demais datas seguiram sendo confirmadas. Kilvane ressaltou que durante a semana, muitas pessoas trabalham e para conseguir participar das reuniões, alguns indígenas poderão necessitar de declaração de horas para apresentar no trabalho. Roseli solicitou uma devolutiva referente à reunião realizada há alguns meses sobre as vagas para indígenas no Programa POT, na qual o Dr. Steven esteve presente, pois, até o momento, não houve retorno. Regina informou a Roseli que repassou ao Dr. Steven a



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

necessidade de enviar um ofício e de convocar a secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), responsável pelo programa, para tratar do assunto.

Pauta 2

Referente ao pagamento dos indígenas que realizaram atividades no evento do Agosto Indígena de 2025, Avani ressaltou que, até o momento, não foram esclarecidas as dúvidas sobre como os pagamentos foram realizados, e que os indígenas não receberam o valor total de dois mil reais, conforme acordado previamente. Sobre esse assunto, Avani solicitou o agendamento de uma reunião com a Secretaria de Cultura e com a produtora responsável pelas contratações. Joseane explicou que os descontos podem ter ocorrido devido à ausência de uma pessoa que não realizou a atividade. Esclareceu que, para o processo de pagamento, é elaborado um ateste, documento interno da secretaria, emitido pelo setor de pagamento, que confirma que a atividade foi realizada. Caso o ateste indique que alguém não compareceu ou que a atividade não ocorreu conforme o previsto, o pagamento sofre desconto. Destacou que, quando o contrato é realizado de forma coletiva, o resultado é aferido coletivamente, diferentemente de contratos individuais. AKayse ressaltou que assinou um contrato no valor de dois mil reais, e Ivone confirmou a mesma informação. Denilza também informou ter assinado o contrato e considerou injusto ter desconto pelo erro ou ausência de outra pessoa, enfatizando a necessidade de contratos com informações mais claras. Joel esclareceu que alguns indígenas assinaram contratos e outros não, e que os contratos não mencionavam descontos caso alguém faltasse na atividade, sendo injusto aplicar descontos a todos que participaram. Durante a reunião, foi feito contato com Jussara, da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que informou que, como não houve a apresentação completa, a produtora não



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

recebeu o valor total. O que foi pago pela SMC foi dividido entre os contratados que efetivamente realizaram a atividade. Joseane informou que o assunto está sendo tratado como ponto focal para resolução. A Secretaria de Cultura será contatada para repassar à Coordenação as notas de liquidação de pagamento, comprovando que a produtora recebeu os valores para realizar os pagamentos. Ficou definido que, assim que a Coordenação receber as notas, estas serão compartilhadas no grupo do COMPISP. Iradzu destacou que, o envio de demandas para a Coordenação, a Secretaria deve analisá-las com atenção e fornecer a devolutiva necessária, pois isso é fundamental para a luta e preservação da cultura. Ressaltou que a coordenadora não atua sozinha, e que o apoio da Secretaria e do conselho é essencial para que as demandas sejam atendidas. Regina sugeriu que as demandas também sejam enviadas por e-mail da Coordenação, de modo a formalizar o processo e possibilitar cobranças futuras. Isso representa uma garantia tanto para o conselho quanto para a Coordenação.

A reunião, deu-se por encerrada às **16h40** e, este documento será enviado para todos via e-mail e grupo de WhatsApp para validação, ela será publicada em **Diário Oficial no dia 18.12.2025.**

Encaminhamentos



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO

COMPISP

01	Repassar para os conselheiros as datas de reuniões agendadas referente as indicações dos novos integrantes do COMPISP.	COPIND/DPS	11/12
02	Encaminhar ou dar um retorno no grupo do COMPISP, referente ao recebimento das notas de liquidação por parte da SMC, sobre o repasse do pagamento a produtora responsável pelo pagamento dos indígenas que realizaram atividades no Agosto Indígena.	COPIND	16/12
03	Ivone Pankararu, informou que estão sem um carro da saúde SESAI para atender a comunidade Indígena do Real Parque. Verificar essa questão e dar um retorno.	COPIND	Sem prazo estipulado
04	Retorno referente o andamento do PL no qual se trata também o assunto do Cinturão verde. Ficou definido que a secretaria enviará um ofício a pedido do conselho as secretarias que ainda não responderam o PL.	COPIND	03/12
05	Devolutiva para Roseli , referente as vagas no Programa POT para os indígenas.		16/12



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP

[Josiane Paula de Souza]
Secretaria SMDHC

[Irádzu – Gilson de Souza]
Representante Soc. Civil

[Catherine R. M. Espinoza]
Secretaria SMS

[Ivone da Conceição]
Representante Soc. Civil

[Simone Candido]
Secretaria SMH

[Avani Fulni-ô]
Presidente (a)

[Fernanda Cavalcante]
Secretaria SMDET

[Maria AraPoty]
Vice Presidente (a)

[Roseli Allemann]
Secretaria SVMA

[Renato Pankararé]
Representante Soc. Civil

[Wilma Tanaka]
Secretaria SMADS

[Tranquilino Karay]
Representante Soc. Civil



**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO**

COMPISP
